

ERRATA 001

Vimos pelo presente apontar a correção que deve ser promovida na leitura do texto do edital do Concurso Público nº 001/2023 da **CÂMARA MUNICIPAL DE MUNHOZ - MG**, publicado no endereço eletrônico desta empresa, publicandose nesta data, a ERRATA que segue do Edital.

01- No item 3 – DAS INSCRIÇÕES, acrescenta-se:

3.1 As inscrições poderão ser realizadas a partir do dia 05/11/2023 até às 23h59min do dia 05/12/2023 e do dia **06/03/2024 até às 23h59min do dia 20/03/2023.**

3.5 Para realização da inscrição online o candidato deverá acessar o site www.dedalusconcursos.com.br no período de inscrição, e seguir os seguintes procedimentos:

h) Imprimir o Boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o pagamento até 06/12/2023 ou até o dia 21/03/2024, respeitando o horário das instituições bancárias.

3.17 O requerimento de inscrição com isenção de pagamento de que trata o subitem 3.16 somente será realizado via internet, a partir do dia 05/11/2023, até as 23h59 do dia 08/11/2023, e do dia **06/03/2024, até as 23h59 do dia 11/03/2024**, no ato da inscrição.

3.21 O candidato também poderá comprovar sua hipossuficiência econômica entregando declaração de próprio punho, no prédio da Câmara Municipal do dia **06/03/2024, até as 23h59 do dia 11/03/2024.**

3.22 Para os candidatos que não possui acesso à internet poderão fazer sua inscrição utilizando o computador da Sala do Cidadão, no prédio da Câmara Municipal, que será disponibilizado para tal finalidade de segunda à sexta feira, das 08 às 12h e das 13 às 17h.

02- No item 5 – DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA ADMISSÃO, exclui-se:

5.1 O candidato deve atender às seguintes condições, quando de sua admissão:

~~k) Não ter sido punido, em decisão da qual não caiba recurso administrativo, em processo disciplinar, por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo, condenado em processo criminal por prática de crimes contra a administração pública, capitulados nos títulos II e XI da Parte Especial do Código Penal Brasileiro, na Lei nº 7.492/86 e na Lei nº 8.429/92;~~

03- No item 6 – DAS LACTANTES OU CONDIÇÕES ESPECIAIS, onde se lê:

6.1 Das lactantes:

~~e) Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata;~~

- Leia se:

6.1 Das lactantes:

c) O tempo dispendido na amamentação será compensado em favor da candidata, a fim de evitar qualquer prejuízo em detrimento de sua condição especial.

04- No item 11 – DOS RECURSOS, acrescenta-se:

11.10 Para os candidatos que não têm acesso à internet poderão utilizar o computador da Sala do Cidadão para interposição do recurso, no prédio da Câmara Municipal, que será disponibilizado para tal finalidade de segunda à sexta feira, das 08 às 12h e das 13 às 17h.

05- No item 12 – DA CONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO, onde se lê:

12.8 É facultada a Câmara Municipal de Munhoz exigir dos candidatos classificados, além da documentação prevista em Lei, o que mais julgar necessário para sua admissão. Para efeito da admissão, o candidato aprovado e convocado, fica sujeito à aprovação do exame médico, de caráter eliminatório, que avaliará a capacidade física e mental, de acordo com as especificidades do trabalho e também:

a) RG/CPF, acompanhando o comprovante de situação emitido pela RFB;

b) Carteira de trabalho;

c) Carteira de reservista com obrigações em dia ou, da dispensa de convocação, para sexo masculino;

d) PIS/PASEP com data de inscrição;

e) Título de eleitor e os 02 últimos comprovantes de votação ou comprovante;

f) De quitação eleitoral;

- ~~g) Comprovante de endereço atualizado;~~
- ~~h) 01 foto 3x4 recente;~~
- ~~i) Certidão de nascimento, se solteiro ou de casamento;~~
- ~~j) Certidão de nascimento de filhos menores;~~
- ~~k) RG/CPF de filhos menores de 18 anos ou maiores sob pagamento de pensão alimentícia ou judicial;~~
- ~~l) Atestado de antecedentes criminais federal e estadual;~~
- ~~m) Comprovante de escolaridade e carteira do CRC, acompanhando certidão de Regularidade;~~
- ~~n) Declaração de bens de acordo com Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;~~
- ~~o) Declaração de não acumulação de cargo, caso haja o acúmulo, apresentar certidão do órgão empregador, contendo o regime jurídico, a carga horária mensal e o horário de trabalho semanal;~~
- ~~p) Declaração negativa e/ou positiva, referente: a procedimento administrativo disciplinar, por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo; à condenação em processo criminal por prática de crimes contra a Administração Pública, capitulados nos títulos II e XI da parte especial do Código Penal Brasileiro, na lei nº 7.492/86 e na Lei nº 8.429/92;~~
- ~~q) Declaração negativa e/ou positiva, referente penalidade de demissão, em decisão da qual não caiba recurso administrativo, em procedimento administrativo disciplinar de qualquer Ente Público;~~
- ~~r) Outros que for legalmente previsto e que a Administração Pública entender conveniente.~~

- Leia se:

12.8 É facultada a Câmara Municipal de Munhoz exigir dos candidatos classificados, além da documentação prevista em Lei, o que mais julgar necessário para sua admissão. Para efeito da admissão, o candidato aprovado e convocado, fica sujeito à aprovação do exame médico, de caráter eliminatório, que avaliará a capacidade física e mental, de acordo com as especificidades do trabalho e também:

- a) RG/CPF, acompanhando o comprovante de situação emitido pela RFB;
- b) Carteira de trabalho;
- c) Carteira de reservista com obrigações em dia ou, da dispensa de convocação, para sexo masculino;
- d) PIS/PASEP com data de inscrição;
- e) Título de eleitor e os 02 últimos comprovantes de votação ou comprovante;
- f) De quitação eleitoral;
- g) Comprovante de endereço atualizado;
- h) 01 foto 3x4 recente;
- i) Certidão de nascimento, se solteiro ou de casamento;
- j) Certidão de nascimento de filhos menores;
- k) RG/CPF de filhos menores de 18 anos ou maiores sob pagamento de pensão alimentícia ou judicial;
- l) Comprovante de escolaridade e carteira do CRC, acompanhando certidão de Regularidade;
- m) Declaração de bens de acordo com Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;
- n) Declaração de não acumulação de cargo, caso haja o acúmulo, apresentar certidão do órgão empregador, contendo o regime jurídico, a carga horária mensal e o horário de trabalho semanal;
- o) Outros que for legalmente previsto e que a Administração Pública entender conveniente.

12.9 O prazo para nomeação e posse no cargo, bem como seu regime jurídico, seguirá a normativa da Lei Municipal Complementar nº 02/1996.

06- No ANEXO II – DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO, exclui-se:

AGENTE ADMINISTRATIVO

Administração Pública: conceito, natureza e afins. Princípios básicos: legalidade, moralidade, finalidade e publicidade. Atos oficiais. Protocolo. Recepção. Relações humanas. Correspondência Oficial e redação Oficial. Atos administrativos. Constituição Federal. Noções de Informática. Princípios fundamentais para o bom atendimento. Arquivo e sua documentação: organização de um arquivo; técnicas e métodos de arquivamento; modelos de arquivos e tipos de pastas; arquivamento de registros informatizados; elaboração de relatórios e registros. Noções de estoque. Noções básicas de estatística. Rotinas de compras. Rotinas administrativas e de escritório. Rotinas das áreas administrativa e financeira. Organismos e autarquias públicas. Ética profissional e sigilo profissional. Uso de equipamentos de escritório. Qualidade no atendimento ao público interno e externo. Comunicação telefônica. Meios de Comunicação. Formas de tratamento. Noções de Informática: Windows versões 7, 8 e 10; Edição de texto e planilhas (ambiente Microsoft Office - Word, Excel e Outlook) versões 2010, 2013 e 365.
Lei nº 8.666/93 e Lei nº 14.133/2021

CONTROLADOR INTERNO

Direito Constitucional: Teoria da Constituição. Conceito, classificação objeto e elementos da Constituição. Controle da Constitucionalidade. Sistema Brasileiro de Controle de Constitucionalidade. Inconstitucionalidade face à Lei Orgânica. O Município na Constituição Federal e na Constituição Estadual. Princípios de organização e competências municipais. Direito Administrativo: Princípios do Direito Administrativo. Organização administrativa da Administração Pública Direta e Indireta. Poderes, deveres e responsabilidade dos administradores públicos. Poderes Administrativos. Ato administrativo. Bens públicos. Serviços Públicos. O controle de legalidade pelo habeas corpus, mandados de segurança individual e coletivo, habeas data, mandado de injunção, ação popular e ação civil pública. Direito de petição aos Poderes Públicos. Noções de contabilidade: Conceito, objeto e princípios fundamentais da contabilidade. Fatos e lançamentos contábeis. Procedimentos contábeis básicos de escrituração. Principais livros e documentos contábeis. Classificação de contas. Regimes contábeis: competência de exercício e de caixa. Apuração do resultado e encerramento do exercício. Demonstrações contábeis e financeiras. Direito Tributário: Poder de tributar e competência tributária. Sistema Tributário Nacional. Tributos: conceitos e espécies. Princípios constitucionais tributários. Obrigação tributária: espécies; fato gerador; sujeito ativo e passivo; solidariedade;

responsabilidade; substituição tributária. Crédito Tributário: constituição, suspensão da exigibilidade e extinção; garantias e privilégios. Pagamento e repetição do indébito tributário: renúncia de receitas tributárias; imunidade; isenção; outros benefícios fiscais; decadência e prescrição do crédito tributário. Tributos estaduais e municipais, aspectos gerais. Auditoria: Normas brasileiras e internacionais para o exercício da auditoria interna: independência, competência profissional, âmbito do trabalho, execução do trabalho e administração do órgão de auditoria interna. Auditoria no setor público federal: finalidades e objetivos; abrangência de atuação; formas e tipos; normas relativas à execução dos trabalhos; normas relativas à opinião do auditor; relatórios e pareceres de auditoria; operacionalidade. Objetivos, técnicas, procedimentos e planejamento dos trabalhos de auditoria; programas de auditoria; papéis de trabalho; testes de auditoria; amostragens estatísticas em auditoria; eventos ou transações subsequentes; revisão analítica; entrevista; conferência de cálculo; confirmação; interpretação das informações; observação; procedimentos de auditoria em áreas específicas das demonstrações contábeis.

Resolução nº 03, de 28 de março de 2018. Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Munhoz, Estado de Minas Gerais.

Lei Orgânica Municipal de Munhoz, Estado de Minas Gerais.

Lei nº 8.666/93 e Lei nº 14.133/2021

CONTADOR

Fundamentos técnicos e acadêmicos de contabilidade pública: conceito, campo de atuação; bens públicos, entidades públicas, conceito e classificação; orçamento: conceito, elaboração e regime orçamentário; créditos adicionais: conceito e classificação; receitas e despesas orçamentárias; estágios e classificação; receitas e despesas extra orçamentárias, variações patrimoniais aumentativas e diminutivas; sistema de contas: conceito e classificação; demonstrativos contábeis: balanço orçamentário, financeiro e patrimonial, demonstrativo das variações patrimoniais e fluxo de caixa; contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial: despesas e receitas segundo as categorias econômicas; classificação funcional programática: código e estrutura; programa de trabalho de governo (demonstrativo de funções), LOA, LDO, Lei orçamentária, orçamento - programa, programas e subprogramas por projetos e atividades; comparativo da receita orçada com a arrecadada; comparativo da despesa autorizada com a realizada; demonstrativo do passivo circulante (restos a pagar, consignações, dívidas a curto prazo); organização dos serviços de contabilidade pública; fórmulas de escrituração contábil; noções de controle dos bens patrimoniais; noções de controle interno; noções de licitações e contratos; Noções da aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal; conhecimentos básicos das Instruções do TCE- Tribunal de Contas do Estado; Noções de operações de sistemas informatizados de contabilidade pública; conhecimento das legislações pertinentes, em especial Lei Federal 4.320/64, Portaria STN nº. 437/2012 - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público; Normas brasileiras de contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público: NBCs T 16.6 a 16.11; Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor - 7ª. Edição. Noções de Informática: Windows versões 7, 8 e 10; Edição de texto e planilhas (ambiente Microsoft Office - Word, Excel e Outlook) versões 2010, 2013 e 365.

Resolução nº 03, de 28 de março de 2018. Dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Munhoz, Estado de Minas Gerais.

Lei Orgânica Municipal de Munhoz, Estado de Minas Gerais.

Lei nº 8.666/93 e Lei nº 14.133/2021

PROCURADOR LEGISLATIVO

Direito Administrativo: Conceito. Objeto. Fontes. Princípios Constitucionais. Poderes da Administração. Deveres. O uso e o abuso do poder. Organização administrativa brasileira. Da Organização Administrativa: Administração direta e indireta. Autarquias. Fundações Públicas. Empresas Públicas. Sociedades de Economia Mista. Poderes administrativos: vinculado, discricionário, hierárquico, regulamentar, disciplinar e de polícia. Processo administrativo disciplinar. Do ato administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécie. Sanções penais. Peculiaridades e interpretação dos Contratos Administrativos. Serviços Públicos. Serviços delegados (concessões, permissões e autorizações), convênios e consórcios. Direitos e deveres. Responsabilidades. Direitos dos Usuários. Controle da administração pública: Controle interno. Controle externo, inclusive a cargo do Tribunal de Contas. Controle jurisdicional. Sistema de Contencioso administrativo e Sistema de jurisdição una. Instrumentos do controle jurisdicional. Investidura. Domínio Público: Bens públicos. Administração, utilização e alienação de bens públicos. Imprescritibilidade, impenhorabilidade e não oneração de bens públicos. Aquisição de bens pela administração. Responsabilidade Civil da Administração. Poder de polícia. Desapropriação. Lei de Improbidade Administrativa.

Lei nº 8.666/93 e Lei nº 14.133/2021

07- No ANEXO IV – CRONOGRAMA PREVISTO, onde se lê:

ITEM	ATIVIDADE	DATA
03	Período de Isenções	05/11/2023 a 08/11/2023
04	Divulgação da Lista de Isenções Deferidas –CadÚnico	16/11/2023
05	Término das Inscrições	05/12/2023
06	Limite para pagamento da Inscrição	06/12/2023
07	Divulgação das Listas Provisórias de Inscrições Deferidas	08/12/2023
08	Divulgação das Listas Provisórias de Inscrições Deferidas Lista de PcD - Pessoas com Deficiências.	08/12/2023
09	Divulgação do Edital de Homologação das Inscrições Deferidas e Convocação para a Prova Objetiva, com locais e horários.	14/12/2023
10	Realização da Prova Objetiva e Discursiva (data prevista)	14/01/2024
11	Divulgação do Gabarito Preliminar da Prova Objetiva e do Espelho da Prova Discursiva.	15/01/2024
12	Divulgação do Gabarito Oficial da Prova Objetiva.	23/01/2024
13	Divulgação da Lista Provisória de Classificação Geral com as Notas da Prova Discursiva e de Títulos.	23/01/2024
14	Divulgação do Resultado Final (pós-recursos) para fins de Homologação.	29/01/2024
15	Homologação do Concurso Público.	29/01/2024

- Leia se:

ITEM	ATIVIDADE	DATA
03	Reabertura das Inscrições	06/03/2024
04	Período de Isenções	05/11/2023 a 08/11/2023 e 06/03/2024 a 09/03/2024
05	Divulgação da Lista de Isenções Deferidas	19/03/2024
06	Término das Inscrições	20/03/2024
07	Limite para pagamento da Inscrição	21/03/2024
08	Divulgação das Listas Provisórias de Inscrições Deferidas	25/03/2024
09	Divulgação das Listas Provisórias de Inscrições Deferidas Lista de PcD - Pessoas com Deficiências.	25/03/2024
10	Divulgação do Edital de Homologação das Inscrições Deferidas e Convocação para a Prova Objetiva, com locais e horários.	01/04/2024
11	Realização da Prova Objetiva e Discursiva (data prevista)	07/04/2024
12	Divulgação do Gabarito Preliminar da Prova Objetiva e do Espelho da Prova Discursiva.	08/04/2024
13	Divulgação do Gabarito Oficial da Prova Objetiva.	16/04/2024
14	Divulgação da Lista Provisória de Classificação Geral com as Notas da Prova Discursiva e de Títulos.	16/04/2024
15	Divulgação do Resultado Final (pós-recursos) para fins de Homologação.	22/04/2024
16	Homologação do Concurso Público.	22/04/2024

Munhoz, 06 de março de 2024.

ROBERSON APARECIDO LIMA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MUNHOZ – MG